



Plano de Atividades e Orçamento 2024



A Frente Cívica, fundada em 2016, é uma associação de defesa de causas de interesse público. Trabalhamos para identificar os problemas crónicos da sociedade portuguesa, denunciar os seus responsáveis, construir soluções e lutar pela sua implementação.

A 31 de Dezembro de 2023, a Frente Cívica tinha 328 associados activos.

Janeiro 2024



Mensagem do Conselho de Direcção

2024 é um ano crítico para a defesa da democracia em Portugal. Com três eleições – duas delas antecipadas, as regionais nos Açores em Fevereiro e as Legislativas em Março, mais as eleições Europeias em Junho –, os portugueses são chamados a reafirmar o seu compromisso com a democracia e a escolher os representantes políticos a quem delegarão o poder público.

Mas a democracia não se faz só de eleições. Hoje, mais do que nunca, a democracia portuguesa precisa de uma sociedade civil organizada, pujante e insubmissa no escrutínio dos poderes e na discussão das soluções que garantam uma maior qualidade às nossas instituições ao próprio regime democrático. No ano em que celebramos 50 anos do 25 de Abril, é tempo de cada um de nós alargar as margens da liberdade, exigindo mais, participando mais, escrutinando mais.

A Frente Cívica tem assumido a sua missão de “identificar os problemas crónicos da sociedade portuguesa, denunciar os seus responsáveis, construir soluções e lutar pela sua implementação”. Na denúncia dos mecanismos de corrupção sistémica que atrasam o nosso desenvolvimento, no combate aos fenómenos de informalidade, amiguismo e proximidade pessoal ou partidária que capturaram as instituições, temos feito soar alertas que nem sempre são ouvidos.

No entanto, é na persistência que se conseguem avanços. Em causas que nos são próximas, como a defesa da liberdade de expressão, tivemos ganhos de causa com nova legislação anunciada a nível da União Europeia. Também na questão dos abusos à chamada “lei dos sefarditas”, o ano de 2024 começou com a aprovação de uma nova lei que pretende limitar estes abusos. Continuaremos atentos aos desenvolvimentos nestas e noutras frentes, e faremos o nosso melhor para que os 50 anos de Abril sejam marcados por uma efectiva melhoria de uma democracia hoje em crise.

Não será fácil. Mas é nos momentos difíceis que os cidadãos se devem mobilizar; e é hoje certo que não podemos, nem devemos, esperar que a liderança venha de partidos políticos ou de líderes individuais na esfera partidária que têm, nos últimos anos, pactuado e propagado as más práticas e as más culturas.

Cabe-nos a nós.

Vamos!

O Conselho de Direcção da Frente Cívica



Atividades para 2024

Tomadas de posição

O papel da Frente Cívica é levar à discussão pública a voz da sociedade civil na defesa do interesse público. Em obediência a esse mandato, tomaremos posição em qualquer questão de actualidade na qual a Frente Cívica entenda ter um contributo útil e construtivo, por iniciativa própria ou em resposta a pedidos da comunicação social, de outros movimentos da sociedade civil ou de cidadãos.

Independentemente dos desafios que as circunstâncias nos trazem, actuaremos num conjunto de questões relevantes que elegemos como prioritárias.

Iniciativas

Liberdade de expressão

No final de 2023, as instituições chegaram a acordo para adoptar uma Directiva que pretende lutar contra a litigância retaliatória que usa o *bullying* judicial como forma de condicionar, amedrontar ou punir jornalistas, activistas e cidadãos que exercem o seu direito ao escrutínio e à crítica, nomeadamente através de processos por difamação.

A partir de 2024, o desafio será assegurar que a transposição da nova legislação europeia seja feita de forma eficaz, para proteger de facto os cidadãos portugueses no exercício da sua liberdade de expressão. Partindo do trabalho já feito no âmbito da [rede europeia anti-SLAPP](#) a que a Frente Cívica aderiu em 2023, e reunindo activistas, académicos e cidadãos que mobilizámos em torno deste tema nos últimos anos, pretendemos liderar esta discussão, para que os mecanismos legais de ameaça ou abuso aos cidadãos acabem em Portugal e o direito à opinião e à crítica deixe de estar condicionado pelo medo.

Nacionalidade

Nos últimos dois anos ficou claro que a chamada “lei dos sefarditas”, a norma da nossa lei da nacionalidade que permite a naturalização de descendentes dos judeus sefarditas expulsos de Portugal no final do séc. XV, se tinha transformado num esquema para a venda de passaportes de conveniência. A Frente Cívica colocou-se na linha da frente da denúncia deste esquema, reiteradamente exigindo ao Governo o esclarecimento de vários processos que resultaram na naturalização de oligarcas russos como Roman Abramovich e até de ex-agentes da Mossad israelita.

Em parte, graças à discussão pública gerada pelo assunto, o Parlamento aprovou no início de Janeiro alterações à lei da nacionalidade que visam tornar mais rigorosos os processos de naturalização, desde logo limitando o papel das comunidades israelitas de Lisboa e Porto na certificação da ascendência sefardita dos candidatos. Mas o problema não está resolvido. A Frente Cívica continuará a exigir o



esclarecimento completo dos vários processos duvidosos já tramitados, e acompanhará de perto a aplicação da nova lei, para tentar garantir que novos casos duvidosos não voltem a surgir.

Combate à Corrupção

A denúncia da corrupção e da falta de ética pública continuará a ser uma preocupação central da Frente Cívica, quer nas nossas tomadas de posição, quer na abordagem que faremos aos desafios que Portugal vai enfrentar neste ano marcado por três eleições e pela comemoração dos 50 anos do 25 de Abril.

1- Dia Internacional Contra a Corrupção

Para além dessa intervenção quotidiana, a Frente Cívica voltará a dinamizar, como tem feito nos últimos anos, o grupo de associações da sociedade civil que organizam anualmente as Comemorações do Dia Internacional Contra a Corrupção, a 9 de Dezembro. Mais uma vez, faremos dessa data a celebração da cidadania, reivindicando uma democracia sólida, assente em instituições fortes e no combate frontal contra a corrupção que entrava o nosso desenvolvimento e qualidade de vida.

2- Circuitos da Corrupção

Como forma de mantermos vivo o alerta para os custos e os impactos da corrupção, prosseguiremos a organização regular, iniciada em 2023, dos Circuitos da Corrupção, uma série de passeios pedestres a locais associados a casos de corrupção conhecidos em Portugal. Alternando entre Lisboa e o Porto, mas com a possibilidade de realizarmos também encontros noutras cidades do país, os Circuitos da Corrupção serão também uma forma de estimularmos o encontro presencial com os membros e apoiantes da Frente Cívica.

Defesa dos serviços públicos

A prestação de serviços públicos aos portugueses tem-se degradado nos últimos anos, por falta de investimento e má organização dos serviços. Dificuldades no acesso a serviços públicos essenciais, falta de assistência aos cidadãos nas suas interações com o Estado e degradação da qualidade do serviço prestado tornaram-se parte da experiência corrente dos utentes. A Frente Cívica esforçar-se-á por colocar este problema na agenda política e no debate público, para defender de forma intransigente a prestação de bons serviços públicos a que todos os portugueses têm direito.



Orçamento para 2024

A Frente Cívica é uma associação propositadamente frugal. Sem quotas obrigatórias ou joia de inscrição, vivemos unicamente das contribuições voluntárias dos nossos membros.

Em 2024, tentaremos resolver um problema de organização interna que persiste: a dificuldade em cruzar de forma eficiente os dados dos nossos associados com os das transferências bancárias feitas a título de donativo para a conta da associação. Esse trabalho, que tem de ser feito manualmente pela equipa voluntária do Conselho de Direcção, tem provocado não só uma lamentável demora na emissão de recibos e na gestão contabilística. Ao mesmo tempo, torna mais difícil o próprio processo de fazer um donativo à Frente Cívica.

Recentemente, identificámos um sistema de pagamento compatível com o sistema informático de gestão de associados usado pela Frente Cívica. Em 2024, contamos contratar e implementar um novo sistema de pagamentos que automatize, ou pelo menos largamente facilite, a gestão contabilística e a emissão de recibos aos doadores da associação, a partir de pagamentos feitos por Multibanco ou pela aplicação móveis MB Way.

Receita		Despesa	
Resultado transitado	961,67€	Website institucional (servidor e domínio)	90,00€
		Escritório virtual	250,00€
		Sistema de gestão interna (Quotagest)	45,00€
Donativos	2.000,00€	Contabilidade	150,00€
		Sistema de reunião virtual (Zoom)	160,00€
		Eventos	2.000,00€
Total	€2961,67€	Total	€2.695,00